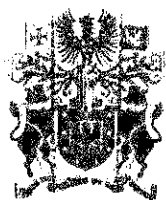


ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO
AUTÓNOMA DOS AÇORES



COMISSÃO PERMANENTE DE ECONOMIA

RELATÓRIO E PARECER

PEDIDO DE PRONÚNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES SOBRE A INICIATIVA -
PROPOSTA DE LEI N.º 166/XII/2.ª (ALRAA)

PONTA DELGADA
MAIO DE 2015

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada	1475
Proc. n.º	103
Data	05/05/15
N.º	8 / X



TRABALHOS DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 8 de maio de 2015, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre o pedido de pronúncia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a iniciativa - Proposta de Lei n.º 166/XII/2.^a (ALRAA).

1.º. CAPÍTULO – ENQUADRAMENTO JURÍDICO

A apreciação do presente diploma enquadra-se no disposto no n.º 2 do artigo 229.º, da Constituição da República Portuguesa, e na alínea i) do artigo 34.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores – Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro.



2º. CAPÍTULO - APRECIACÃO NA GENERALIDADE E ESPECIALIDADE

Na sequência do pedido de pronúncia da Assembleia da República, através da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, sobre a “Proposta de Lei n.º 166/XII/2.^a (ALRAA) – Alteração ao regime de bens em circulação objeto de transações entre sujeitos passivos de IVA”, o qual foi remetido por despacho de Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a esta Comissão, deliberou-se o seguinte:

1. Considerando que a iniciativa acima identificada foi aprovada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores (ALRAA), por unanimidade, em sessão plenária de 12 de julho de 2013 e, posteriormente, enviada a 16 de julho de 2013 à Assembleia da República;
2. Considerando que a iniciativa resultava de uma colaboração estreita com as entidades representativas dos diversos setores de atividade da Região e que, por isso, pretendia materializar os seguintes objetivos:
 - a) Adaptar o regime vigente à realidade da Região Autónoma dos Açores; e
 - b) Aliviar a imensa carga burocrática que o regime então em vigor impunha aos diversos agentes económicos.
3. Considerando que a iniciativa foi agendada, apenas, para a Sessão Plenária da Assembleia da República de 12 de março de 2015;
4. Considerando, por isso, que entre o envio da iniciativa e o seu agendamento decorreu praticamente 20 (vinte) meses;
5. Considerando que neste hiato – conforme referido na comunicação da Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública – houve “alterações entretanto efetuadas ao citado regime”;
6. Considerando que as alterações responderam, ainda que não totalmente, aos objetivos da iniciativa da ALRAA;



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Assim, atenta a evolução do ordenamento jurídico aqui em causa, deliberou a Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, por unanimidade, o seguinte:

- i. Lamentar o significativo e incompressível atraso no agendamento para sessão plenária da Assembleia da República da iniciativa em apreço, ao qual a ALRAA é totalmente alheia;
- ii. Relembrar que os objetivos da presente iniciativa visavam contribuir para minimizar a excessiva burocratização que incidia sobre determinados agentes económicos, sem colocar em causa o cumprimento das obrigações de índole fiscal que impende sobre todos os contribuintes; e
- iii. Retirar, face aos desenvolvimentos (alterações) na legislação que se pretendia alterar e que foram ao encontro da maioria das pretensões da ALRAA, a iniciativa em causa e que, relembre-se, havia sido remetido à Assembleia da República em julho de 2013.

O Relator

José Ávila

O presente relatório foi aprovado, por unanimidade.

O Presidente

Francisco Vale César